

Os domingos cinzentos de António Lobo Antunes

Carlos Reis

Resumo: Este trabalho procede a uma análise do *Segundo livro de crónicas*.

Nessa análise mostra-se que Lobo Antunes cultivava a crónica não (ao contrário do que afirma) como um mero exercício lúdico ou comercial, antes fazendo dela um lugar de inscrição de grandes temas que a vida do escritor e o ofício do ficcionista (incluindo-se neste a construção de um universo próprio sempre em movimento) regularmente exibem.

Alguns desses temas: a questão da escrita, tema que confirma o rigor de uma ética da produção própria de Lobo Antunes, a evocação da infância normalmente em conexão com a presença da família, a guerra colonial, a representação de passados traumáticos e ainda o quotidiano, com os seus pequenos dramas, frustrações e protagonistas anónimos.

1. Em 2001, o escritor António Lobo Antunes foi convidado a proferir a conferência de abertura de um colóquio sobre educação, realizado em Lisboa pela Fundação Calouste Gulbenkian e subordinado ao sisudo tema que deu título ao volume entretanto já publicado: “Espaços de educação, tempos de formação.” Ninguém esperaria (eu não esperava), por certo, que Lobo Antunes subcrevesse um texto com a formalidade e com a organização sistemática de uma intervenção propriamente académica; e de facto, algumas pessoas (eu também), ao verem o programa do colóquio, chegaram a pensar que havia engano e que o Lobo Antunes era outro: João Lobo Antunes, irmão do romancista, neurocirurgião e académico prestigiado no meio.

Mas não havia engano. Era mesmo o romancista, que de resto não nos desiludiu, bem pelo contrário, exactamente porque essa sua intervenção veio a ser um notável testemunho pessoal, num registo que quero aqui mencionar, também pelos caminhos de reflexão temática e metadiscursiva que esse testemunho abre, em relação directa com os textos de que vou tratar. Intitula-se o depoimento de Lobo Antunes “Facas, garfos e colheres” e nele predomina aquilo que remota e matricialmente determina todos os processos narrativos: a memória. Lembra o escritor, reportando-se ao tempo da sua primeira escolaridade:

Para tentarem aperfeiçoar o embrião que eu era, os meus pais colocaram-me numa escola onde pontificava um grande educador. Era a escola do senhor André. Isto passava-se num bairro periférico. O senhor André era um grande educador porque era conhecido pelo facto de os alunos dele nunca reprovarem. E, de facto, nunca reprovavam. E o senhor André educou-me o essencial, ensinou-me o essencial, que era marcar o livro de leitura com muita força para, quando no exame da quarta classe o professor me mandasse abrir, eu abria o livro, caía naquela página que eu já tinha decorado. Era o Alexandre Herculano, um fragmento das *Lendas e narrativas* [...]. Isto era apimentado com largas distribuições de bofetadas e, de facto, a educação era espantosa. Era feita com uma régua e ainda hoje sei. Por exemplo, ele perguntava: “As serras do sistema galaico-duriense?” e, se eu ficava calado, ele pegava na régua e dizia: “Penedo,” “Suajo,” “Gerês,” “Larouco,” “Falperra.” E as serras entraram todas na minha cabeça. (“Facas” 16)

O registo memorial a que me referi é reforçado (e expressou-se no momento próprio) pelo procedimento de pura rememoração sem suporte escrito, eminentemente coloquial portanto, conforme se percebe no texto que acabo de citar, texto de sabor quase infantil, extraído de uma gravação e sem revisão pelo autor. O que aqui bem se percebe são notações e dominantes que quero sublinhar: a referência à família como entidade tutelar e marcante; a capacidade para descobrir grandes personagens em obscuras figuras de retenção infantil, como aquele modesto professor primário, tão modesto mas também tão decisivo como os que muitos de nós tivemos; a referência ao microcosmo da pacata e burguesa periferia urbana da Lisboa dos anos 40; a evocação dos pequenos gestos e das pequenas artimanhas que temperam a singularidade das pessoas e dos comportamentos desse estreito mundo burguês e urbano.

Tudo isso e de novo o primado da memória: não foram apenas as serras de Portugal (e os rios e os caminhos de ferro e as capitais de distrito, como bem

sabemos os que ainda fomos alunos de professores como o senhor André), não foram só elas que entraram na cabeça da criança depois escritor. Foi todo esse universo familiar e social de referência fundacional, mais tarde projectado nos mundos ficcionais que o escritor construiu e também naqueles outros mundos que com ele confinam: os das crónicas que regularmente tem publicado nos últimos anos. É delas que quero de novo tratar.

2. Antes, contudo, de centrar a minha atenção no *Segundo livro de crónicas* de António Lobo Antunes, notarei que a presente exposição decorre de (e relaciona-se com) uma intervenção que me coube fazer num colóquio sobre Lobo Antunes realizado na Universidade de Évora, em Novembro de 2002, colóquio em que me ocupei da cronística até então publicada em livro: exactamente os textos do *Livro de crónicas*, de 1998. Dessa intervenção recuperei três noções que dou (pelo menos para mim) por adquiridas e a que obviamente não voltarei.

Primeira noção: as crónicas de Lobo Antunes traduzem uma clara tendência para a interpenetração de modos discursivos, tornando difícil ou mesmo irrelevante qualquer destrição modal rígida, bem como a fixação inamovível no género cronístico. Segunda noção (e sem prejuízo do que ficou dito): as singulares crónicas de Lobo Antunes são um lugar de expressão mínima mas tensamente concentrada da narratividade, incluindo-se em muitos textos desta natureza inscrições romanescas que a restante obra do autor confirma, num quadro de expressão literária em que o romance se define como género em contacto directo com o tempo presente. Terceira noção: a escrita narrativa de Lobo Antunes procede à reiterada articulação de dois impulsos que, por natureza e por tradição literária, postulamos como polarizados. Por um lado, a tendência para a acentuada inscrição do que é pessoal, autobiográfico, até mesmo confessional; por outro lado, o natural recurso a processos e a categorias que servem uma construção narrativa e ficcional capaz de modelar um universo de objectos, de eventos e de figuras observados com relativo distanciamento.

Para além disso, deve ainda ter-se em conta que, em princípio, as crónicas se apresentam, no contexto da obra já extensa do autor, como textos de circunstância, constituindo uma actividade relativamente recente e por assim dizer paralela à escrita ficcional. Por diversas vezes, de resto, o escritor tratou de desqualificar esta actividade. “Faço-as sempre na manhã do primeiro Domingo de cada mês,” explica Lobo Antunes, falando da escrita das crónicas a Maria Luísa Blanco; “são duas e faço-as às duas num par de horas mais ou

menos. Não creio que tenham importância. As pessoas querem uma coisa ligeira que não as faça pensar muito, que as divirta um pouco, esse é o espírito dessas crónicas, para mim não têm nenhuma importância” (Blanco 108).

Olhando, entretanto, de forma mais atenta, distanciada e em termos de conjunto, podemos observar que a experiência da crónica é não apenas recente, mas também relativamente regular: na sequência de uma dúzia de romances e quase vinte anos depois de ter publicado o primeiro desses romances, Lobo Antunes chega à crónica e reúne muitas delas no volume *Livro de crónicas*; quatro anos depois, em 2002, reincide, neste *Segundo livro de crónicas* de que me ocuparei. O que parece significar duas coisas: que, diferentemente de muitos outros escritores, Lobo Antunes vem do romance para a crónica (e não o contrário) e que esse ponto de chegada acabou por se impor com uma regularidade que é também a do contacto com um público muito mais amplo e talvez mesmo diferente do dos romances, em publicações periódicas com um certo prestígio e ampla circulação.

Talvez seja, então, caso para dizer que a menoridade das crónicas em relação aos romances será efectiva no que toca ao investimento do trabalho do escritor, mas não tanto no que respeita aos seus modos de articulação com o universo romanesco e em geral com o imaginário que domina a obra ficcional de Lobo Antunes. Parafraseando o escritor, direi que os “domingos cinzentos [que] desbotam para dentro de nós” (*Espaços* 73) são também aqueles em que, por um par de horas, irrompe uma memória (memória de gente, de emoções, de coisas, de odores, de sabores) que não se esgota na breve crónica que o autor debita, pois que nela aflora também, fragmentária e momentaneamente, o mundo bem mais complexo e traumático que os romances modelizam e revelam. E em harmonia com tudo isso, uma discreta e cada vez mais intensa atenção à formação (melhor: auto-formação) do sujeito-escritor que nos fala, instalado num lugar progressivamente dominado pela maturidade de uma voz que diz o passado com ternura e ironia habilmente caldeadas. Não tem outro significado o texto que inicialmente citei, também porque ele está próximo do registo da crónica que aqui me interessa contemplar: em rigor seria nisso que resultaria a evocação da escola do senhor André e do mais que vem depois, se num dos seus “domingos cinzentos” o escritor passasse à escrita o que apenas lembrou oralmente. Não por acaso, é a escola do senhor André que fugazmente aflora num dos primeiros textos do *Segundo livro de crónicas*, esse que abre com estas palavras: “O dedo imenso e estúpido do professor primário a procurar-me entre as carteiras a pretexto dos afluentes da margem esquerda do Tejo” (*Segundo livro* 25).

3. Olho mais de perto esta crónica e leio nela linhas de desenvolvimento do mundo e do discurso cronístico de Lobo Antunes e mesmo, num outro plano, do seu mundo e discurso ficcionais. Recordação da infância e das dolorosas aprendizagens que ela exige, a crónica “Quem me assassinou para que eu seja tão doce?” é a breve história da perda da inocência infantil, da génese remota de uma amargura adulta e renitente, bem como da fixação irónica de um olhar que percebe no real a dimensão oculta de rostos e gestos banais que só esse olhar singular de cronista-ficcionista é capaz de atingir. Para além disso, a lembrança do “jardineiro que matava pardais estrangulando-os atrás das costas a rir-se para mim; a menina por quem me apaixonei aos dez anos, que ia ser dentista e morreu antes disso” (*Segundo livro* 25), juntamente com o “farmacêutico republicano que aviava receitas a insultar Deus” e com a tia professora de piano que “devia ter amado o farmacêutico em jovem” (*Segundo livro* 26-27), tudo por junto suscita na crónica de Lobo Antunes a afirmação de procedimentos narrativos e paraficcionais relativamente depurados, designadamente estes dois: a coexistência de estratos temporais diferenciados e autónomos, harmonizados no discurso da crónica, e a difusa constituição de personagens indissociáveis de uma vivência pessoal, levando a indagar e a questionar o agente daquele crime de lesa-inocência sobre o qual parece ter sido formado o escritor adulto e a obra literária que nele conhecemos.

O autor de “Quem me assassinou para que eu seja tão doce?” não é já, evidentemente, um romancista em formação, testando nas crónicas e mesmo aprendendo nelas a escrita dos romances que hão-de vir. O cronista é em simultâneo um romancista consolidado como tal, que na crónica, voluntária ou involuntariamente, opera uma espécie de “descida aos infernos” (traumas e perdas, enganos e desenganos), descida que, por aquilo que nela vai sendo redescoberto, ilumina também um processo que pode ser assim designado: identificação de um escritor com infância e com família marcantes. É essa identificação que as crónicas oferecem aos leitores de Lobo Antunes, leitores outros relativamente àqueles que a ficção convoca, porque o são em contexto de recepção cronística, com tudo o que isso implica de contrato e de cenário de leitura e que agora não analisarei.

Falo aqui de identificação de um escritor, tendo bem presente a noção de que este escritor concreto vive (e parece mesmo deleitar-se com isso) em tensão latente e às vezes expressa com aquilo a que chamamos instituição literária, com os seus protocolos, com as suas rotinas e com os seus procedimentos de canonização. Para bem e expressivamente resumir aquela tensão conflitual,

cito um passo da crónica em que Lobo Antunes fala dos prémios literários: lembrando o espanto com que o amigo José Cardoso Pires o via “empilhar os troféus na casa de banho” (*Segundo livro* 24), Lobo Antunes explica-se:

A casa de banho, próximo da sanita, é o único lugar digno para as recompensas literárias que em regra, aliás, são feíssimas: os meus monstros, em exposição no mármore do lavatório, detêm um higiénico efeito revulsivo. Para ser inteiramente sincero não os considero meus, mas apenas uma tentativa de me anular adoptando-me, conforme fizeram com o pobre Camilo ao nomearem-no visconde de Correia Botelho. (*Segundo livro* 155)

Não entrarei agora na tentadora questão de saber qual o alcance efectivo de um tão negativo juízo vindo de um escritor que, de facto, aceitou receber distinções e mesmo, no caso do texto que citei, comparar-se, por causa das ditas distinções, com um confrade já canonizado. E nem tentarei antecipar o que fará o mesmo escritor se um dia lhe conferirem aquele que é o *prémio dos prémios* ou se só o aceitará desde que (como diz) “não me obriguem a dar entrevistas nem a fazer discursos” (*Segundo livro* 154)—coisa que, no caso do tal prémio, parece difícil de evitar. Em vez disso, trato de relacionar a auto-consciência do escritor com a emergência do passado familiar e das figuras que o povoam, recuperadas em duas crónicas reunidas em sequência no volume *Segundo livro de crónicas*: “Isto” e “Assobiar no escuro.” Na primeira é a explicação do nascimento do escritor que abre o texto:

Julgo que me tornei escritor porque em criança o meu pai me curava as gripes com sonetos em lugar de aspirinas: pela parte da boca que o cachimbo não ocupava saíam ao mesmo tempo fumaças e tercetos cujo efeito medicinal, somado às papas de linhaça da minha mãe, me mergulhavam a pouco e pouco numa espécie de coma rimado, do qual me não libertei totalmente visto que respondo aos polícias das multas em alexandrinos contados pelos dedos no capot do carro. (*Segundo livro* 121)

Bem vistas as coisas (digo eu), dialogar com polícias de trânsito em alexandrinos bem metrificadas é quase o mesmo que empilhar troféus literários na casa de banho, à vista da sanita. Há em ambos os comportamentos uma deliberada (quase calculada) derrogação de códigos sociais e culturais, que bem se adivinha na crónica seguinte, “Assobiar no escuro” de seu título. O que aí está

em causa é a adopção de um rumo de vida heterodoxo, divergindo da prudente (imprudente, para o escritor) recomendação dos pais: “Deixa-te de fantasias.”

O *leitmotiv* “deixa-te de fantasias” é o anverso de uma atitude de vida (vida literária) em cujo reverso está a negação da comodidade institucionalizada, negação traduzida na atitude de “assobiar no escuro.” O que nesse assobio se adivinha é a esconjuração ainda infantil de fantasmas e de medos subsumidos num sentimento dominante, a inquietação que acompanha quem foge da “ambição de poder” e adopta “as pequenas fraquezas onde o prazer se esconde.” Escreve Lobo Antunes:

Suponho que a inquietação é a diferença entre a realidade e os projectos sonhados: isso impede-me as tentações de glória dos intelectuais, ou seja, entrar sem convite onde não me desejam. Em regra fico um momento no capacho antes de me ir embora, por desgosto do espectáculo: a velhice dos nados-mortos entristece-me. (*Segundo livro* 124)

4. O escritor que assim se identifica é aquele que, não tendo seguido o conselho “deixa-te de fantasias,” optou por uma ética de escrita mencionada na singular e felliniana crónica “António 56^{1/2}”: “À ética de consumo dos outros contrapõe uma ética de produção, não por qualquer espécie de virtude [...], mas por incompetência de utilizar os mecanismos práticos da felicidade” (*Segundo livro* 18).

Aquém dos “mecanismos práticos da felicidade,” António Lobo Antunes cultiva a crónica, não a reduzindo (ao contrário do que afirma) a um mero exercício lúdico ou comercial, antes fazendo dela um lugar de inscrição de grandes temas que a vida do escritor e o ofício do ficcionista (incluindo-se neste, evidentemente, a construção de um universo próprio sempre em movimento) regularmente exibem. É desses temas que tenho vindo a aproximar-me: a questão da escrita, tema que confirma o rigor daquela “ética da produção” que antes citei, a evocação da infância normalmente em conexão com a presença da família, a guerra colonial e, em geral, a representação de passados traumáticos, também e ainda o quotidiano, com os seus pequenos dramas, frustrações e protagonistas anónimos.

Falo da tematização da escrita numa acepção que recobre um arco muito amplo de vivências e de situações. No seu ponto mais abrangente, a escrita vem ao texto destas crónicas como acto que, mais que gesto isolado ou circunstancial, resulta de um grande projecto de vida, sublinhado como tal em

momento de auto-análise mitigada: a crónica, já aqui citada, “António 56 ^{1/2},” não por acaso situada logo em segundo lugar na orgânica do *Segundo livro de crónicas*, acentua a funda dimensão existencial de uma opção de vida em que ressoa a infância obsidianamente revista (“Tardes no jardim, bibes, triciclos” [*Segundo livro* 19]), com tempo decorrido e ponderado, até ao presente em que ocorre este maduro distanciamento de quem se vê *outro*; no momento quase final de um balanço que confirma a persistente consagração de um árduo e sofrido caminho—“jogara tudo no acto de escrever” (*Segundo livro* 17)—o que fica é a expectativa ténue de uma certa permanência, nos termos de uma consciência quase romântica da singularidade do escritor. “Com um pouco de sorte,” escreve Lobo Antunes, “talvez deixasse atrás de si não um rastro, não a sua sombra, não uma memória: somente aquilo que, de mais profundo, em si escondia: o que tinha a mais que os restantes” (*Segundo livro* 19).

Isso que o escritor tem “a mais que os restantes” é também uma relação física com a escrita, resolvida numa luta corpo a corpo com o romance que está a escrever: “Nunca estou a gostar do que escrevo, acho que aquele em que trabalho é o mais difícil, acho que as palavras me derrotam. Frases puxadas como pedras de um poço que não vejo” (*Segundo livro* 206). No limite do sofrimento que a escrita implica, quando sente “o plano da história dinamitado pelos caprichos da minha mão” é, então, uma outra mão (um outro corpo, com afecto e com ternura) que o escritor busca: “É da tua mão que eu preciso agora. Há momentos, sabes, em que me sinto tão cansado, todos estes dias cheios de palavras que me fogem. Então penso em ti: Joana” (*Segundo livro* 205). Por fim, a única certeza permitida por esta problematização meta-literária da escrita é a do recomeço incessante: na crónica (“A compaixão do fogo”) em que procede à amarga condenação de prémios e honrarias, António Lobo Antunes retoma também, em termos porventura mais consequentes, a imagem de um Sísifo regido por aquela “ética de produção” de que fala algures e que não é, obviamente, uma produção no sentido comercial e económico do termo, porque é sobretudo um trabalho de escrita, com a técnica que esse labor exige, com a coragem que o escritor convoca e com o desassombro de uma relação exigente consigo e com os seus leitores:

Olho para as estantes e o que vejo são pequeninos túmulos fechados, com cadáveres lá dentro, aos quais me repugna oferecer os jacintos que se compram no portão a vendedores ambulantes de lágrimas. A minha tarefa consiste em desfazer livro a livro os tricots que construí, em desmontar os estados de alma que criei, em jogar

para o lixo as estátuas que pretendi que admirassem, em ser suficientemente corajoso a fim de subverter as leis que tomei como dogmas, em tomar balanço a pés juntos sobre os meus erros, para chegar mais longe, o que me impede a satisfação da felicidade mas me reserva a esperança do prazer dos meus leitores. E não existe aqui altruísmo algum porque não sou um escritor generoso: apenas um homem de orgulho que julga que ser dotado é ir além do que pode. Não estou no mundo para ajudar os meus admiradores a atravessar a rua. (*Segundo livro* 154)

5. Se a escrita é modo de vida (e também, de um outro ponto de vista, tentativa de superação da morte), ela é também, nas crónicas que suscita, instrumento e veículo de acesso ao grande tema da infância, que em Lobo Antunes é indissociável das frequentes menções à família. Já o disse, a propósito do *Livro de crónicas*, quando nele notei a relevância do universo familiar, do sentido do clã, da casa e do bairro de Benfica, tudo atravessado pela amargura da nostalgia que o tempo passado e perdido deixa insinuar: “Se calhar é sempre noite quando a gente cresce,” diz o cronista, quase no final da crónica em que observa que sempre que vai jantar a casa dos pais sai de lá “com a infância atravessada.” E termina: “Fico no automóvel à espera que a minha mãe me chame e sabendo que não me chama porque julga que me fui embora. Realmente fui-me embora. Para sempre” (*Livro de crónicas* 234). No caso deste *Segundo livro de crónicas*, a família para que remete a infância é sobretudo a imagem dos avós: a avó materna que a dedicatória do volume evoca e o avô paterno lembrado em “Um silêncio refulgente” e em “Dia de Santo António.” Aí e também noutros momentos, como recentemente aconteceu no volume *Conversaciones con António Lobo Antunes* (34 ss.), família e infância cristalizam tematicamente um mundo de afectos a que o escritor adulto volta regularmente, conforme acontece também no texto (de que já falei) “Quem me assassinou para que eu seja tão doce?”

Mas importa dizer alguma coisa mais, para além destas referências relativamente objectivas. Importa notar que o passado infantil que nas crónicas emerge vem à superfície do texto como se resultasse (e resulta efectivamente) de um triplo processo de evocação-representação, cujos vectores, em meu entender, são os seguintes: o culto da autognose em jeito de desdobramento do sujeito, o fluxo de uma memória de coloração proustiana e a fixação interseccionista de estratos autónomos do tempo e do espaço rememorados. Olhe-se de perto a crónica “Olá” e reconhecer-se-á nela, antes de tudo, o tal impulso para a autognose, provindo de um sujeito em processo de auto-observação

quase pirandelliana: “E de manhã lá estás tu no espelho da casa de banho à tua espera,” assim abre o texto. E depois, interrogativamente: “Tu esse cabelo, esse nariz, as marcas sob os olhos? Tu” (*Segundo livro* 81).

O sujeito que assim se autodescobre é aquele que reconhece a perda da infância como uma espécie de punição silenciosa para o delito de ter querido crescer depressa; o consolo possível para atenuar essa punição é a memória dos sabores perdidos que de repente reaparecem na boca (“Aproveita o espelho da barba para te acenares a ti mesmo e vais ver que o sabor das uvas do senhor vigário te regressa à boca” (*Segundo livro* 83)). E assim, o passado invade o presente, com uma feição de totalidade fragmentada e de certa forma “estranhada” que, outra vez de modo interrogativo, conduz à questionação da identidade do escritor:

Agora estou em Nelas, quer dizer voltei a Nelas. O meu passado irrompe de súbito pelo meu presente, não um passado morto, um passado vivo: está ali a casa que olhamos do lado de fora, metade da vila mudou e metade não mudou, reconheço tudo e não reconheço nada. Quem sou eu? Este fortuito arranjo de elementos que se chama António Lobo Antunes? Esta soma de partículas, de acasos? (*Segundo livro* 82)

O que ficou, afinal, dessa infância perdida, desse tempo remoto que a amarga saudade do adulto vai reencontrando de forma estilhaçada? Ficaram as feições e as marcas diluídas de gentes, de laços de família, de objectos e de vivências que só pelo labor da memória podem ser retomados; é exactamente a memória que se vai insinuando não apenas como instrumento de acesso ao tempo perdido, mas já mesmo como valor dotado de densa significação pessoal. E ficou também a belíssima imagem dos “olhos cheios de infância” que dá título a uma das crónicas, remetendo aí directamente para as “raparigas da vida” que povoam a Rua Gonçalves Crespo, imagem que o escritor absorve e repete: “Escreve olhos cheios de infância, anda. Assim como assim talvez te ajude a viver” (*Segundo livro* 231).

São os “olhos cheios de infância” que, lembrando o mundo poético de Alberto Caeiro e a sua inocência temperada de sabedoria, determinam e modelam a caracterização de um Deus mais drasticamente dessacralizado aqui do que no famoso poema VIII d’*O guardador de rebanhos*: se o Deus de Caeiro era um Menino Jesus trivializado e, por fim, metáfora do viver simples do poeta pastor de sensações, o Deus de Lobo Antunes provém do tempo infantil do menino de coro assustado pela igreja “grande, solene, cheia de mistérios e correntes de ar, que me faziam aparentar a religião a um sítio

ventoso de onde se saía aos espirros” (*Segundo livro* 89). Desse tempo infantil conserva Lobo Antunes a imagem de um Deus interrogado e delineado agora com os traços de uma banalidade suburbana (como diz o escritor) que directamente remete para o universo da ficção e para a subversão de mitos, de valores civilizacionais e de referências históricas que nesse universo ficcional em muitos casos se concretiza. Cito e chamo a atenção para o efeito desmitificador que a radical irrisão traz consigo:

O lado suburbano de Deus desagradava-me e o seu retrato, no livrinho do catecismo, ampliava o desagrado: um senhor hirsuto, empoleirado numa nuvem e segurando relâmpagos na mão como os electricistas, ao qual ninguém, com um bocadinho de senso, abria a porta se o encontrasse no capacho. Era impossível imaginá-lo na sala com a minha família: as visitas a entrarem numa revoada de beijos efusivos, a darem com aquele vagabundo desleixado, o embaraço do meu pai — Apresento-lhe Deus, senhora dona Ângela [...].

E depois, ainda no mesmo texto, insistindo no movimento de irrisão e aprofundando a caricatura de um Deus violentamente reduzido à precariedade de uma banal condição humana:

As visitas criticavam-lhe a roupa e o desalinho, sugeriam que se falasse ao senhor prior numa colecta para lhe arranjar pelo Natal um fatinho decente, o prior, ainda que subserviente aos ricos e poderosos, argumentava — Gosta de gafanhotos e mel silvestre, o que se lhe há-de fazer e porque quem come gafanhotos não regula bem da caixa dos pirolitos sugeria-se o internamento num lar, com empregadas vigorosas e pouco atreitas a gripes, que servissem a Deus uma sopinha com bastantes couves e alguma carne [...]. (*Segundo livro* 90)

6. Parece evidente, mas ainda assim convém dizer: para além dos efeitos corrosivos que esta imagística de Deus suscita, todo o tratamento da figura divina, submetida a um nova e perturbante figuração, sugere uma deriva da crónica para o campo da ficção, se é que é possível (e em Lobo Antunes não o é certamente) erigir fronteiras nítidas entre o discurso do cronista e o discurso do ficcionista. Por outras palavras e analisando passo a passo o que aqui está em causa: a crónica “Sobre Deus” abre com uma *boutade* atribuída a Voltaire que, indagado sobre “como era a sua relação com Deus,” teria respondido: “Cumprimos-

nos mas não nos falamos”; logo depois entra em cena a ponderação judicativa do cronista: “Pela minha parte, não ando longe disso, dado haver coisas que me parecem tão injustas”; a seguir a crónica fixa-se, como tantas vezes acontece, no passado infantil do cronista, ou seja, no tempo do menino de coro assustado pela igreja e pela religião; por fim o discurso da crónica desliza para o imaginário de uma figuração de Deus como prosaico e quase grotesco “patrão negligente” que, a avaliar pelo pó que na igreja se acumulava, “não era assim muito asseado ou então contratara uma mulher-a-dias incompetente” (*Segundo livro* 89).

De que ficção ou (se preferirmos ser cautelosos) de que projecto de ficção se trata aqui? Tanto quanto me parece, a ficção que em diversas crónicas de António Lobo Antunes se vai articulando e já mesmo brotando é a que traduz uma visão do mundo céptica e asperamente crítica, amargurada e sarcástica, profundamente corrosiva mas não isenta de laivos de ternura, essa visão do mundo que, nos romances, tem permitido ao escritor erigir, em clave ficcional, o retrato de um Portugal finissecular, post-colonial e post-moderno que constitui, ressalvadas obviamente as distâncias de registo e de temas, o equivalente à representação do Portugal oitocentista que a Geração de 70 (e Eça de Queirós, em particular) nos legou. Um Portugal a que na crónica “Olá” se chama “Paizinho Portugal. Meu pobre paizinho Portugal” (*Segundo livro* 82), expressão em que combinadamente ressoam a sobranceira de um Fradique Mendes expatriado e a ironia mordaz de um Alexandre O’Neill desmistificador das falácias e das fraquezas do cinzento Portugal salazarista.

Há dois temas que, no *Segundo livro de crónicas*, claramente fazem a ligação para a ficção de Lobo Antunes. São esses temas o da guerra colonial, considerada nos seus efeitos humanos, sociais e genericamente históricos, mais do que como cruel realidade expressamente representada, e o do quotidiano vivido (ou melhor: sofrido) em regime de rotina, de monotonia e de silenciosa aceitação de uma certa “ordem natural das coisas.” Reencontram-se esses temas em diversos romances de Lobo Antunes: naqueles que correspondem ao que o escritor chamou, numa entrevista de 1994, o ciclo “das epopeias, com *Explicação dos pássaros*, *Fado alexandrino*, *Auto dos danados* e *As naus*, em que o país é o personagem principal,” e nos de um outro ciclo, ilustrado por “*Tratado das paixões da alma*, *A ordem natural das coisas* e *A morte de Carlos Gardel* [...] e a que eu chamaria a Trilogia de Benfica” (Silva); nesses romances, acrescento, e também nos subsequentes, ou seja, em *Manual dos inquisidores* e n’*O esplendor de Portugal*, mas já não, com a expressiva e quase chocante nitidez nos últimos e perturbantes textos do escritor, publicados do ano 2000 em diante e que

são, como se sabe, *Não entres tão depressa nessa noite escura* e *Que farei quando tudo arde*. O que não impede que no *Segundo livro de crónicas* se recupere um texto—a crónica “Não entres por enquanto nessa noite escura”—em que fugazmente assomam o título e a tonalidade temática (que não a complexidade discursiva) de um daqueles textos.

A guerra colonial que nalgumas das crónicas reaparece é certamente a da miséria e do horror humanos que o jovem alferes-médico conheceu em Angola, com os seus conflitos, as suas mutilações e os seus gestos de bravura e cobardia; mas essa guerra colonial (que vem a ser, como se sabe, um tema marcante na ficção portuguesa das últimas décadas; cf. Simões e Vecchi; Melo; Azevedo; Ribeiro) ressurge agora sob o signo de uma memória que estranhamente parece meio obsessiva, meio terapêutica, às vezes e de novo tocada por um *élan* proustiano: “Se for à janela, mesmo em Lisboa, vinte mil hectares de girassol a perder de vista, as pestanas loiras, os mandris” (*Segundo livro* 30). É dessa memória que defluem uma certa nostalgia e os correlatos afectos, que são também, na sua evidência, um efeito da linguagem que suporta o processo de rememoração, como acontece com a carta simples e vigorosa de um (outrora) furriel, que vem permitir uma pausa no sofrimento do escritor às voltas com um romance por acabar. Quando chega a carta do furriel Alves é um mundo que se reconstrói: “e as mangueiras de Marimba desataram a estremecer-me ao comprido no sangue,” diz o escritor em “Há surpresas assim.” E conclui:

Ainda aqui estão, estiveram sempre aqui. Isso e nós dois na enfermaria improvisada, emocionados com um primeiro choro vitorioso e urgente. Que sinistros, tocantes, impiedosos, maravilhosos bichos nós éramos. (*Segundo livro* 281)

7. Efeito de linguagem, disse, porque é isso mesmo que acontece, também nas crónicas. Por outras palavras: os textos do *Segundo livro de crónicas* não são (como não eram os do *Livro de crónicas*) o registo neutro de factos e de impressões, antes devem ser encarados como tempestivos episódios de articulação do complexo aparelho discursivo que António Lobo Antunes rege, com agilidade ou com penosa dificuldade, pouco importa agora.

Decorrendo nem antes nem depois da escrita ficcional, antes em paralelo e às vezes em interpenetração com ela, a escrita cronística ensaia procedimentos discursivos que não analisarei agora, já que apenas tratarei de os aflorar: essa é uma indagação que carece de maior e mais sistemático desenvolvimento. Seja como for, a incursão por géneros narrativos outros que não a crónica, o recurso

a estratégias enunciativas relativamente elaboradas, a composição textual exigente, a emergência de categorias ficcionais ou paraficcionais comparecem nas crónicas a par de uma consciência metadiscursiva também reiteradamente afirmada. Significa isto que não raro o escritor tematiza a própria escrita da crónica, mesmo (ou sobretudo) quando nela se declara um vazio que há que superar. Por exemplo: “Há mais de uma hora à procura de uma ideia para esta crónica: não tenho nenhuma” (*Segundo livro* 93); ou então: “Estou há meia hora aqui sentado à espera que me venham as palavras para esta crónica e nada” (*Segundo livro* 105). E contudo, a crónica aparece mesmo, talvez sendo já a outra coisa que implicitamente se afirma quando, no final de um dos textos que citei o cronista se interroga: “Tornando à crónica, o que vou escrever hoje?” (*Segundo livro* 95).

O nada de onde sai o tudo das crónicas podem ser coisas diferentes, já não textos cronísticos, mas também, as mais das vezes, não ainda textos ficcionais formalmente acabados. Desse nada que é o muito oriundo de uma memória autoral hiperactiva saem esboços de personagens em movimento, figuras oscilantes entre a factualidade para que aponta a lembrança ou a observação das pessoas e a ficcionalidade, não raro de consequências caricaturais e desrealizantes, por vezes mesmo de coloração surrealista; desse nada sai também recorrentemente a pulsão autobiográfica, no limiar de uma identificação projectiva entre vida e escrita, que a ficção, à sua maneira, também atesta; desse nada provém ainda a ironia que atravessa os textos cronísticos e em geral todo o universo literário de António Lobo Antunes, uma ironia em que amargura e inocência infantil se misturam, conforme pude notar acerca daquela caracterização de Deus que não lembraria a Alberto Caeiro; desse nada saem ainda derivações genológicas evidentes, designadamente quando a crónica deixa de o ser para se identificar com o registo, com a dimensão e até com a ficcionalidade que reconhecemos no conto, coisa que é evidente em textos como “Novo ensaio sobre o entendimento humano,” “*Os Lustadas* contados às crianças” e “Importas-te de me deixar em paz?”; desse nada sai, por fim (mas isto não esgota, evidentemente, outras possibilidades que aqui ficam em aberto), o anúncio temático e formal do que serão alguns dos romances ou (diz o escritor) “aquilo a que por comodidade chamei romances” (*Segundo livro* 109), tanto no plano temático como no de uma linguagem progressivamente fragmentada e pluristratificada, em termos temporais e em termos espaciais.

É pouco? Não é. Para textos que se anunciavam e anunciam como obrigações cumpridas nas manhãs de “domingos cinzentos” semelhantes aos de algumas das personagens de Lobo Antunes, não é pouco; e não o é também porque estes textos do *Segundo livro de crónicas* surgem irreversivelmente toca-

dos pela solitária, persistente e quase arrogante ética da escrita que António Lobo Antunes proclama e que enviesadamente reafirma quando se define nestes termos com que termino:

Sou apenas um homem que tenta escrever livros e que sai deles como quem sai duma doença, admirado por estar vivo, e que de vez em quando se interroga sobre estas coisas,...sem encontrar uma resposta que certamente terão, muito melhor do que eu. (*Espaços* 23)

Obras Citadas

- Antunes, António Lobo. "Facas, garfos e colheres." *Espaços de educação: tempos de formação*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2002. Impresso.
- . Entrevista com Rodrigues da Silva. 1994. Impresso.
- . *Livro de crónicas*. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1998. Impresso.
- . *Segundo livro de crónicas*. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 2002. Impresso.
- Blanco, M. L. *Conversaciones con António Lobo Antunes*. Madrid: Ediciones Siruela, 2001. Impresso.
- Melo, João de, org. *Os anos da guerra. 1961-1975. Os portugueses em África: crónica, ficção e história*. 2ª ed. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1998. Impresso.
- Ribeiro, M. "Percursos africanos: a guerra colonial na literatura pós-25 de Abril." *Portuguese Literary & Cultural Studies* 1 (1998): 125-52. Impresso.
- Simões, M. e R. Vecchi, eds. *Dalle armi ai garofani. Studi sulla letteratura della guerra coloniale*. Roma: Bulzoni, 1995. Impresso.
- Teixeira, R. de A. *A guerra colonial e o romance português: agonia e catarse*. Lisboa: Ed. Notícias, 1998. Impresso.

Carlos Reis é reitor da Universidade Aberta (Lisboa), professor catedrático da Universidade de Coimbra e especialista em Literatura Portuguesa dos séculos XIX e XX, sobretudo no domínio dos estudos queirosianos. É autor de cerca de quinze livros, publicados em Portugal, Brasil, Espanha e Alemanha e ensinou em diversas universidades na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Coordena a *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós* e a *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Entre 1998 e 2002 foi Director da Biblioteca Nacional. Outros cargos: Pró-Reitor para a Língua e Cultura Portuguesa da Universidade Aberta (1989-1997); presidente da Associação Internacional de Lusitanistas (1999-2002); Presidente da Comissão Nacional do Centenário da Morte de Eça de Queirós (2000-2001).